

DILEMAS DO FAZER ETNOGRÁFICO EM CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS

Quando se corre contra o tempo



Selma Cristina dos Santos

Universidade Federal de Goiás

Neste texto apresento uma parte das reflexões que venho desenvolvendo para minha tese de doutorado. Delimitei como universo de pesquisa o Grupo de Apoio Paliativo ao Paciente Oncológico (GAPPO)¹, com o objetivo de perceber como os profissionais de saúde e familiares ajudam os enfermos, sem possibilidade de cura, a lidarem com a doença e com o morrer.

Durante os vinte e cinco meses minha pesquisa de campo, entre março de 2017 e março de 2019, acompanhei 595 pessoas em seus processos de adoecimento e morte. 90% da população estudada, o que corresponde a 539 pessoas, faleceu durante a pesquisa. Destes, 390, que corresponde a 72%, faleceram em um espaço de tempo inferior a três meses. Como pesquisadora participei de muitos desses processos de morte. E, em vários momentos, a morte chegou antes que conseguisse coletar as informações desejadas. Por esse motivo, o tempo de pesquisa de campo planejado para doze meses foi estendido para vinte e cinco meses.

A busca de compreensão/interpretação do que encontrei em campo exigiu o aprofundamento teórico sobre as representações sociais, corpo, doença, saber médico, hospital, dor/sofrimento, morte e, sobretudo, vida. Porém, o que com mais intensidade me chamou à reflexão foram as questões

¹ O GAPPO é um dos setores de atendimento do Hospital Araújo Jorge (HAJ) que é uma das quatro unidades operacionais da Associação de Combate ao Câncer de Goiás (ACCG).

relacionadas ao estar em campo, ao fazer etnográfico. Se estar em campo, perante tantas situações de adversidade e sofrimento, foi algo complicado, não menos complexo foi o processo que antecedeu ao trabalho de campo para preparar o projeto para o Comitê de Ética, via Plataforma Brasil.

A compreensão do fazer científico na antropologia e nas ciências da saúde segue por caminhos distintos. E bem por isso, escrever em uma linguagem que seja aceita por um comitê de ética de um hospital que lida quase que exclusivamente com pesquisas quantitativas foi tarefa árdua. Organizar o projeto dentro de uma estrutura e de uma linguagem que fosse compreensível e aceita pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) exigiu tempo, dedicação e atenção a detalhes que não são comumente exigidos em pesquisa nas ciências humanas e na antropologia.

Uma vez aprovado o projeto, a entrada em campo foi tranquila devido ao fato de que eu já trabalhava como voluntária do GAPPO, há alguns anos. Fazer parte daquela equipe de trabalho não impediu a desconfiança em meu trabalho etnográfico e, tampouco, que fosse questionada em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), à validação das informações colhidas fora das entrevistas e sobre a contribuição que minha pesquisa poderia trazer. Porém, vale ressaltar que, em momento algum, me senti cerceada no campo. As dificuldades que enfrentei em relação a conciliar tempo de pesquisa de campo com as urgências do tempo de doutorado, estiveram todas associadas às circunstâncias de saúde das pessoas adoecidas e não a limitações apresentadas pela equipe.

Se o olhar de desconfiança advindo das ciências da saúde ante o fazer antropológico em alguns momentos me incomodou, devo confessar que muito mais incomodada fui ficando ao perceber, no trabalho de campo, que as orientações recebidas ao longo de minha inserção no mundo das ciências sociais², não cabiam no escopo do que me propunha a estudar. Essa inadequação me exigiu uma reflexão acerca do fazer antropológico e sobretudo do processo da coleta de dados etnográficos em situações limites, tais como diante da eminência da morte das pessoas que eu acompanhava.

² Graduei em Ciências Sociais em 1996 e desde então me vejo envolvida com a antropologia.

O início da reflexão esteve centrado na premência do tempo disponível, de difícil conciliação na pesquisa de campo em cuidados paliativos.

Meu grande desafio tem sido equilibrar a necessidade, enquanto pesquisadora, de muito tato e delicadeza durante as entrevistas onde abordo temas caros e delicados com alguém que, em geral, está muito fragilizado física e/ou emocionalmente e o tempo disponível para a pesquisa. Primeiro, porque a pessoa adoecida pode não estar viva na semana seguinte, o que ocorre com muita frequência em meu campo e segundo, porque enquanto pesquisadora tenho tempo preestabelecido para pesquisa e para apresentação dos resultados. Tempo esse que tem preço, cronograma, objetivos.

Diante desta realidade, não deixamos de reconhecer a importância das orientações dos clássicos em relação a trabalho etnográfico, porém constatamos que a pesquisa etnográfica em cuidados paliativos oncológicos não se encaixa nos moldes estabelecidos pela antropologia uma vez que neste universo, a brevidade do tempo é uma constante³ e, em geral, não dá para deixar que o tempo faça acontecer o que for necessário.

Sabemos ainda ser importante observar o que Malinowski (1978, p. 29_34) chamou de “os imponderáveis da vida real” e reconhecemos a necessidade de “fazer o registro da carne, do sangue e do espírito”, o que muda é como e em que tempo fazemos isso. Não dá para seguir a recomendação de Malinowski de lançar as redes e esperar que algo caía nela. Também não é possível viver com o “nativo”, acompanhar repetidamente, acumular exemplos, retornar ao campo para confirmar ou negar algo. Menos ainda “conviver um longo período até passar despercebido por eles”. Em cuidados paliativos você nunca vai conseguir “parecer ser um deles”, pode-se até conseguir ser bem-vindo no meio deles, mas nunca passar despercebido.

Também não cabem, em cuidados paliativos, as orientações de Geertz em relação ao pesquisador em campo, que segundo ele precisa fazer um trabalho “quase obsessivo, de peneiramento, a *longo prazo*, e altamente participante” (1989, p. 33, *grifo meu*). Longo prazo, é algo que não existe em cuidados

³ Vale ressaltar que cuidados paliativos não é sinônimo de terminalidade. Mas no caso específico do meu universo de pesquisa, 72% das pessoas adoecidas encaminhadas para o grupo faleceram em um espaço de tempo inferior a três mês.

paliativos oncológicos. Tempo em campo para estabelecer laços, gerar confiança, criar afinidade, em cuidados paliativos não procede. O trabalho de campo tem que ser feito sempre ciente de que não haverá outra oportunidade. O estabelecimento de laços, a confiança, a afinidade - coisas tão caras para uma boa coleta de dados - precisam serem conquistados em tempos curtos, contatos rápidos, dosando a cada visita o que é possível buscar da pessoa adoecida e/ou da família naquele momento.

Assim como na década de 1980 a antropologia se propôs fazer uma crítica à etnografia (naquele momento o que estava se discutindo era se a etnografia - que fora pensada como caminho para se estudar o “outro” enquanto o exótico, o distante - também serviria para estudar o familiar), mais uma vez penso ser necessário criar caminhos de discussão como outrora, considerando as especificidades deste momento.

É certo que ainda hoje o melhor caminho para o fazer antropológico é a etnografia, como tão bem enfatizou Cardoso de Oliveira (2002). Também eu reconheço (assim como Magnani (2002), Peirano (2008), Rocha e Eckert (2008), Uriarte (2012) e tantos outros), a importância da etnografia nas pesquisas antropológicas. Em momento algum deixo de reconhecê-la como sendo o espírito da antropologia⁴. O que pretendo com este trabalho é abrir espaço para pensarmos formas outras de fazer acontecer o trabalho etnográfico levando em conta os novos tempos e demandas sociais, sem perder de vista as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo.

A questão posta para o momento é como trabalhar com a etnografia que é aquela que exige tempo, contato, convivência, relacionamento, se nos encontramos (antropólogos(as) e informantes), regidos pela falta de tempo, por poucos contatos e recursos, cobranças de produtividade, convivências e relacionamentos online.

⁴ Faço aqui uma alusão ao trabalho *Etnografia, o espírito da antropologia: tecendo linhagens. Homenagem a Cláudia Fonseca* (BRITES e MOTTA, 2017).

Referências Bibliográficas:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLGIA. *Código de ética do antropólogo e da antropóloga*. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/codigo-de-etica>>. Acesso em: 17 de junho de 2018.
- BRITES, Jurema; MOTTA, Flávia de Mattos. (Orgs). *Etnografia, o espírito da Antropologia. Tecendo linhagens. Homenagem a Claudia Fonseca*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/Brasília: ABA Publicações, 2017. 427 pp.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 17-62.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.17, n. 49, junho 2002.
- _____. “A etnografia como prática e experiência”. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, v. 15, n. 32, jul./dez. 2009.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Os Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1978.
- PEIRANO, Mariza. “Etnografia, ou a teoria vivida”. *Ponto Urbe*, São Paulo: NAU/USP, a. 2, versão 2.0, fev. 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1890>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; Guazzelli, César Augusto Barcellos. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- URIARTE, Urpi Montoya. “Podemos Todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas”. *Revista Redobra*, a. 3, n. 10, p. 171_189, 2012. Disponível:

<http://www.redobra.ufba.br/wpcontent/uploads/Redobra_10_22.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. “O que é fazer etnografia para os antropólogos”. *Revista PontoUrbe* [Online]. São Paulo, n. 11, posto online no dia 14 março 2014. Disponível: <http://www.redobra.ufba.br/wpcontent/uploads/Redobra_10_22.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.